



O adoecimento da democracia moderna: do cidadão ilustre ao perverso medíocre

Flávia Lana Garcia de Oliveira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)

Estágio de doutorado sanduíche na Université Paris 7 (Paris, França)

Bolsista de doutorado sanduíche na França pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - 2015-2016 (FAPERJ) e bolsista de doutorado no Brasil pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Rio de Janeiro, Brasil)

Especialização em Psicologia Clínica Institucional pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)

Membro adjunto do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana – ISEPOL (Rio de Janeiro, Brasil)

E-mail: flavialanago@gmail.com

Resenha do livro

Fleury, C. (2005). *Les Pathologies de la démocratie*. Paris: Arthème Fayard, 312p.

Em tempos de impactantes denúncias e turbulências que põem em xeque a credibilidade do sistema político nacional, uma leitura que proponha uma consistente problematização da passagem do nascimento da democracia no berço francês, até seus destinos e desafios na atualidade, pode nos trazer uma ferramenta valiosa de ajuda para uma apreensão crítica do que vivemos nos dias de hoje no Brasil, dentro do contexto maior do que se passa no laço social contemporâneo. É essa a linha de trabalho traçada por Cynthia Fleury, uma pesquisadora francesa dos campos da filosofia política e da psicanálise que leciona na *American University of Paris* e é membro do *Comité Consultatif National d'Éthique*. Em *Les Pathologies de la démocratie* ("As Patologias da democracia"), publicado em 2005, temos acesso a um estudo aprofundado acerca da escansão possível de ser estabelecida entre o espírito revolucionário que conduziu à democracia nascente de 1789, filha da república consecutiva à Revolução Francesa, e a perversão de muitos de seus princípios originais em sua fase mais tardia. Esta última é caracterizada por Fleury como uma democracia liberal ou de mercado, marcada pela intensificação do enfraquecimento de pilares simbólicos, ainda timidamente estremecidos já na época de sua fundação.

Fleury desenvolve o argumento de que, entre uma fase e outra, sobreveio um desencantamento pela função da transcendência e pelo ideal. Nos primórdios da democracia, a fé republicana apenas começava a se degradar, já que, para Fleury, a revolução científica não tinha sentenciado de uma vez por todas a morte de Deus. Quanto a este ponto, destaco a ressalva de que se trata, sobretudo de um novo lugar lógico atribuído à figura divina, deslizando da adoração da religião pelas representações exteriores à internalização da função paterna como instância psíquica, o que não é sem repercussões graduais em termos de desprestígio do Pai como referência central. Tal como Lacan (1964/1998, p. 58) advoga em *O seminário, livro 11: os quatro conceitos*

fundamentais da psicanálise. "Deus é inconsciente". A autora sublinha que, daí em diante, com o divórcio entre religião e política no espaço governamental, a dimensão da fé é degradada pela desincorporação das figuras de autoridade e pela deslegitimação das instituições tradicionais, tais como a família, o casamento e a empresa.

Fleury acentua que a precarização da força simbólica do laço social põe em risco a própria estrutura democrática. Ela sustenta que, muito diferentemente do que se costuma proferir, a espiritualidade é inerente ao funcionamento democrático, ainda que de um modo bastante específico, não aliada à fé dogmática em Deus. Ao invés disso, passa a estar afinada à crença no ultrapassamento de si. Demonstrando essa ideia de modo muito bem balizado, Fleury retoma Robespierre, expoente político da Revolução Francesa, para circunscrever que o ateísmo é uma patologia da República por esvaziar a substância da coesão social alicerçada no pacto com o sagrado. Robespierre havia destacado justamente a importância do Ser supremo como um elemento regulador. A norma republicana encontra seu fundamento nesse encontro com o transcendente. Trata-se de um modo de laço que exige um tipo de conversão de espírito que não representa um retorno ao religioso, pois é laico e preconiza a garantia da liberdade de consciência. Seu ideal é outro, pois reside na emancipação pela soberania das autonomias individual e coletiva, as quais devem estar apoiadas na educação ética e cívica, na transmissão do saber, da cultura, do espírito crítico, bem como dos valores universais. Ergue-se, portanto, sobre as bases de uma espécie de razão metafísica. Fleury aponta com muita precisão que a República não tem como suporte de sua estrutura a disjunção entre a fé e a política, mas sim uma "religião civil" e não "cultural", através da qual a figura da transcendência é um instrumento cívico a serviço dos valores e dos princípios da República na formação de seus cidadãos. Essa é a liga que permite que, no coração da democracia, pulse o desejo de preservação da unidade nacional e da moral pública atrelada à individuação do sujeito crítico.

No decorrer de seu livro, Fleury observa que filósofos como Robespierre e Locke anteviram que a perda da fé na transcendência, já incipiente nas democracias nascentes, culminaria na consternação, no abatimento, no desencorajamento e na depressão conforme se radicalizasse. Como retratos de uma versão mais absoluta desse aniquilamento, as democracias atravessadas pelo neoliberalismo são vulneráveis como nunca ao egoísmo excessivo. O individualismo revela-se entrópico, resvalando em um egocentrismo devastador, contrariando o próprio princípio democrático da coesão social. Nesse ponto, Fleury sustenta a tese de que, como consequência maior, os valores democráticos fundamentais da liberdade e da igualdade foram pervertidos: se privar da sacralização é ser perverso. Tal interpretação encontra-se em consonância com a concepção de outro estudioso da filosofia em diálogo com a psicanálise, Dany-Robert Dufour (2013), o qual defende que a meta máxima sadéana obtém êxito em ser o grande organizador na contemporaneidade.

Fleury avança para a seguinte tese: entre a democracia nascente e a que se pratica em nossos dias, o princípio de liberdade cede lugar ao liberalismo puro, desnudado de toda preocupação

cívica. A assimilação entre liberdade e liberalismo leva à transformação progressiva do "individualismo coletivo", pautado na moral pública, em hiperegoísmo. A autora enfatiza que, se os pioneiros da democracia e da república francesa conceberam sua emancipação como um dever e a autonomia como um percurso existencial, na nova apresentação da democracia, os indivíduos a consideram como algo devido por outrem. A liberdade deve chegar ao indivíduo sem que nenhum trabalho analítico e pessoal tenha sido iniciado. No entanto, "à diferença das democracias nascentes, os cidadãos das democracias adultas não se contentam mais em idealizar sua cidadania; eles querem vê-la se encarnar em direitos específicos" (Fleury, 2005, p. 134, tradução livre)¹. Como resultado problemático, a liberdade deixaria de ser um valor metafísico para se reduzir a um valor de serviço. A posição subjetiva predominante deslocar-se-ia do sujeito do dever, cujos direitos fundamentais são inseparáveis da moral pública e do coletivo, para o sujeito reivindicador de seus direitos e pela livre afirmação de sua identidade.

Segundo esta autora, portanto, estamos lidando com uma configuração psíquica em que a relação à dívida foi invertida. O sujeito não se percebe mais em dívida com a alteridade pela herança simbólica que esta lhe transmitiu. É a alteridade que lhe deve algo. A herança simbólica é desconsiderada como algo sagrado e maior. Mais uma vez observamos Fleury e Dufour em convergência de abordagens, uma vez que Dufour (2005) se debruça sobre este mesmo traço do sujeito contemporâneo na perspectiva de um apelo à autorreferência que substitui ao clássico apelo à heterorreferência. Lembremos que este autor evoca a figura retórica da *histerologia* para explicitar a inversão entre anterioridade e posterioridade que sobressai nos dias de hoje em detrimento à *histeria*, paradigma do campo das neuroses como alienação ao Outro. Ali onde o sujeito histórico se debate por conta da dependência ao Outro, o sujeito histerológico decai na melancolia frente à impossibilidade de se constituir *per sí*. O sujeito de hoje encontra-se confrontado à incapacidade de assumir por ele mesmo uma subjetivação. Temos assim um sujeito desencantado com a experiência do Outro como referência e que cobra deste Outro o que lhe é devido.

Fleury (2005, p. 95, tradução livre) também evoca que "a concepção de igualdade se modificou: hoje, não se é 'igual' porque similar, se é 'igual' porque diferente"². A fermentação das ideias igualitárias é substituída pela avalanche das diferenças identitárias. A aposta inicial não era sobre a liberdade das crenças, mas sobre a razão e a manutenção da distância ideológica de toda forma de crença. Se, anteriormente, se visava ao apagamento das distinções, o regime de agora caminha para a sobrevalorização das diferenças culturais e identitárias. Essa espécie de coabitação cultural contribui, conforme ressalta Fleury, para segmentar a sociedade em tribos reivindicadoras, deslizando assim, da unidade republicana ao pluralismo comunitarista. As culturas proliferam, e, em contrapartida, a Cultura em sua potência simbólica declina.

Fleury desemboca, assim, na proposição de que um dos efeitos do Neoliberalismo sobre a lógica democrática foi o de desvencilhar as concepções de liberdade e de igualdade da dialética do direito e do dever. Esse é o elemento mais patológico e árido segundo esta autora. A democracia

adoece por estar parasitada pela vitimização generalizada. Ser cidadão não é idealizar seu destino, é verificar se não foi abusado. A exigência de justiça é redimensionada como demanda compulsiva de reparação. Fleury denomina essa posição como uma "perversão medíocre". Tratar-se-ia aqui de um indivíduo bem menos arquetipicamente perverso e bem mais medíocre. O autêntico perverso possuiria a vontade de transgredir as leis sociais, de fundar uma outra sociedade com rituais e procedimentos próprios, na qual suas satisfações possam acontecer sem limites. Ele desafia a Lei simbólica e não se inscreve naturalmente na coletividade. Sade é seu paradigma. Já a figura banalizada do perverso que marca a posição de gozo na democracia liberal não se isola e se coloca no coletivo. O único critério é que se obtenha proveito. À diferença do "grande perverso" que está pronto a pagar o preço de sua dissidência, o "perverso qualquer", conforme delimita Fleury, não está jamais pronto a pagar pelo que quer que seja: tudo deve ser gratuito. O culto da gratuidade se instala, assim, como uma das patologias da democracia atual. Trata-se menos de denegar e muito mais do empreendimento de fazer um uso das leis democráticas a seu favor, em um abuso sem maiores riscos ou enfrentamentos. O perverso medíocre quer aproveitar mais do que os outros e às expensas destes. O sentimento de liberdade se confunde com o direito ao gozo da gratuidade: ser livre é ter acesso a tudo sem dever pagar o preço, na medida em que sua interpretação do mundo é de que lhe devem algo. Essa é uma tematização que se mostra articulável com o que Coelho dos Santos (mai. a out. 2015) vem sustentando em torno de um evidente desmentido generalizado, incidente com cada vez mais calibre nos dias de hoje, de que o Nome-do-Pai seja o agente da lei simbólica, e seus efeitos de cinismo, canalhice e esperteza banal nos mais diversos espaços.

Notas:

¹ No original: "À la différence des démocraties naissantes, les citoyens des démocraties adultes ne se contentent plus d'idéaliser leur citoyenneté; ils veulent la voir s'incarner dans des droits spécifiques" (Fleury, 2005, p. 134).

² No original: "[...] la conception de l'égalité s'est modifiée: aujourd'hui on n'est pas 'égal' parce que similaire, on est 'égal' parce que différent" (Fleury, 2005, p. 95).

Referências bibliográficas

- Coelho dos Santos, T. (mai. a out. 2015). O olhar sem véu: transparência e obscenidade. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 10(20), 4-15. Recuperado de www.isepol.com/asephallus. doi: 10.17852/1809-709x.2019v10n20p04-15
- Dufour, D.-R. (2005). *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Dufour, D.-R. (2013). *A cidade perversa: liberalismo e pornografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho originalmente publicado em 1964).

Citação/Citation: Oliveira, F. L. G. (nov. 2015 a abr. 2016). O adoecimento da democracia moderna: do cidadão ilustre ao perverso medíocre. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 11(21), 115-119. Disponível em www.isepol.com/asephallus. doi: 10.17852/1809-709x.2019v11n21p115-119.

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 24/02/2016 / 02/24/2016.

Aceito/Accepted: 01/03/2016 / 03/01/2016.

Copyright: © 2013 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.